

## TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
PREGÃO Nº ...../20...  
(Processo Administrativo nº 23079.204655/2021-80)

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de conservação, operação e manutenção preventiva e corretiva nos **Sistemas Elétricos Urbanos**, com dedicação exclusiva da mão de obra e fornecimento de materiais e ferramentas para os campi e unidades da UFRJ, situados no município do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Valor mensal estimado	Valor Unitário Máximo Aceitável <b>OU</b> Valor de Referência
1	Conservação, operação, manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétricos urbanos existentes no <b>Campus Cidade Universitária</b>	4871	R\$425.644,69	R\$5.107.736,28
2	Conservação, operação, manutenção preventiva e corretiva nos sistemas elétricos urbanos existentes no <b>Campus Praia Vermelha e Unidades Externas</b>	4871	R\$175.737,15	R\$2.108.845,80
<b>TOTAL ESTIMADO:</b>				<b>R\$ 7.216.582,08</b>

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de engenharia.
- 1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

### 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Prefeitura Universitária, caracterizada como um Órgão Executivo da Estrutura Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, que tem como finalidade precípua zelar pela boa administração dos Campi Universitários, abrangendo todos os aspectos relevantes para plena consecução dos objetivos acadêmicos, vem por meio deste justificar a presente licitação, em obediência aos preceitos legais.

- 2.2. São de competência da Prefeitura Universitária e Subprefeitura Universitária a manutenção do espaço urbano dos campi universitários, ou daqueles sob sua responsabilidade legal.
- 2.3. Diante da necessidade da execução do serviço e frente à inexistência de agentes técnico/operacionais no quadro funcional desta Instituição, com a atribuição de executar tais serviços, em razão da extinção dos referidos cargos por meio da MP Nº 1606-20/98, convertida na Lei 9632/98, justifica-se a abertura de procedimento licitatório para a contratação dos serviços continuados de Conservação, Operação, Manutenção (Preventiva e Corretiva) e Intervenções Pertinentes nos Sistemas Elétricos Urbanos Existentes, com observância dos preceitos constantes da Lei 8666/93, da Lei 10.520/02, do Dec 1094/94, do Dec 9507/2018, da IN SEGES/ME Nº 05/2017 e demais dispositivos legais afetos.
- 2.4. As futuras contratações de que trata a presente licitação foram precedidas de planejamento estratégico elaborado pela instituição, estabelecendo unidades de medida que permitem a aferição dos resultados a serem obtidos e a forma de pagamento da contratada. Tal planejamento considerou o dimensionamento total das áreas a serem conservadas e o quantitativo mínimo dos serviços a serem executados, conforme descrito no presente Termo de Referência.
- 2.5. A descrição detalhada do objeto a ser contratado, com todos os quantitativos mensais estimados e suas unidades dimensionais, bem como as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e os requisitos de sustentabilidade ambiental, estão discriminados nos ANEXOS do presente Termo de Referência.
- 2.6. Os serviços ora pretendidos são considerados essenciais e visam manter o funcionamento pleno e ininterrupto do Sistema Elétrico Urbano – subestações de energia e iluminação pública, pertencentes aos campi Cidade Universitária e Praia Vermelha e Unidades Isoladas.
- 2.7. Os serviços elencados no presente documento foram definidos a partir de demandas e de problemas identificados nas diversas instalações existentes.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. Contratação de empresa(s) do ramo de Engenharia Elétrica com expertise em operação/manutenção de subestações de alta tensão (11 a 36 kV), manutenção de rede aérea no mesmo nível de tensão e manutenção de iluminação pública, conforme descrições contidas neste instrumento e Estudo Técnico Preliminar.
- 3.2. As manutenções a serem realizadas consistem em:
- 3.2.1. **Manutenção Preventiva:** tem por objetivo evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do Sistema Elétrico Urbano da UFRJ, conservando-os dentro dos padrões de segurança e em perfeito estado de funcionamento, devendo ser executada em duas etapas: inspeções e revisões (verificações programadas das instalações para fins de reparos, limpeza ou reposição de componentes).
- 3.2.2. **Manutenção Corretiva:** tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos sistemas às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes

e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, com os respectivos enquadramentos em Ordem de Serviço.

3.2.2.1. Diretrizes da manutenção corretiva: Consiste nos serviços para corrigir as causas e efeitos de ocorrências constatadas nas instalações, por profissionais devidamente habilitados e qualificados, a fim de promover o retorno das mesmas às condições normais de funcionamento, através do restabelecimento imediato, de equipamentos ou sistemas avariados integrantes das instalações, com o reparo ou substituição, se necessário, de peças ou componentes ou equipamentos.

3.2.3. **Manutenção Emergencial:** correção realizada em um componente ou equipamento que apresenta desempenho menor do que o esperado ou falha de maneira aleatória, sendo utilizada quando o defeito ou falha traga sérios riscos à operação dos sistemas e equipamentos, causando riscos aos usuários e/ou ao patrimônio. Para este tipo de manutenção o reparo deve ser imediato ou no prazo definido pela Fiscalização Técnica, especificado em Ordem de Serviço ou através de e-mail.

3.2.3.1. Diretrizes da manutenção emergencial: caracteriza-se pela premência da execução de serviços necessários e inadiáveis objetivando eliminar problemas ou disfunções oriundos de ocorrências que de alguma forma comprometam ou estejam na iminência de comprometer o funcionamento de sistemas essenciais da UFRJ ou ainda comprometer a segurança de pessoas ou instalações da Contratante. Incluem-se ainda nestes serviços: gestões, reparos e substituições que possam sanar situações de risco relacionadas às Unidades.

3.3. A Contratada deverá contratar os profissionais listados no Termo de Referência (item 5 deste instrumento), com dedicação exclusiva a este contrato. Grande parte dos profissionais trabalhará em regime de plantão, de forma a poder suprir as demandas da Universidade, emergenciais e de rotina, diuturnamente.

3.4. A Contratada utilizará rádios comunicadores, de longo alcance, para uso de sua(s) equipe(s) no atendimento dos serviços para o respectivo Campus, conforme entendimentos com a Fiscalização Técnica.

3.5. A Contratada deverá prover veículos para transporte dos colaboradores com ferramentas e equipamentos, inclusive caminhões apropriados para os serviços de manutenção da iluminação pública:

3.5.1. Dispor de veículo para transporte da equipe e equipamentos e caminhão, conforme elementos presentes nas planilhas de composição de preços, subitem 1.3 – VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE dos Anexos VII e VIII deste instrumento.

3.5.2. Os veículos deverão estar em pleno estado de utilização e nunca passar de 5 (cinco) anos de fabricação durante todo o período do Contrato.

3.6. A Contratada deverá considerar para o Engenheiro Eletricista a disponibilidade de comunicação (telefonia móvel) 24 horas por dia, quando absolutamente necessário, de forma a poder atender e solucionar eventuais acidentes ou serviços emergenciais que demandem sua intervenção junto à equipe de campo da empresa contratada, mesmo fora de seu horário de serviço. **Assim como deverá ser considerado para o preposto, o grupo do plantão e o grupo de trabalho do horário comercial, respectivamente, a disponibilidade de comunicação (telefonia móvel) durante seus períodos de trabalho pertinentes.**

- 3.7. Exemplos de serviços emergenciais são: acidentes automobilísticos envolvendo os postes de Iluminação Pública, pane elétrica em qualquer das subestações de energia elétrica pertencentes ao contrato, iminente pane em subestação de energia elétrica ou na rede de iluminação pública devido às condições climáticas, como abundância de chuvas ou ventos fortes.
- 3.8. Em caso de divergência das informações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, prevalece o disposto no Termo de Referência.
- 3.9. A Contratada terá 15 (quinze) dias corridos como prazo limite, contados da assinatura do Contrato, para comprovar perante a Contratante e dispor os seguintes itens:
- 3.9.1. Pessoal qualificado, de acordo com este Termo de Referência, para fins de operação do sistema de iluminação pública e subestações do Sistema Elétrico Urbano;
- 3.9.2. Equipamentos, instrumentos, ferramentas e veículos essenciais para execução dos serviços de operação do sistema de Iluminação Pública e subestações do Sistema Elétrico Urbano descritos neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 3.10. A ausência de ferramentas, instrumentos, equipamentos ou veículos não será aceita como justificativa para eventuais atrasos ou não execução de quaisquer serviços, acarretando a aplicação de índices de desconto.
- 3.11. Todos os instrumentos de medição, necessários à realização dos serviços, deverão ser calibrados periodicamente, conforme os respectivos manuais dos fabricantes ou normas pertinentes, ou quando solicitado pela Fiscalização Técnica.
- 3.12. A calibração deverá ser executada pelo fabricante ou representante em laboratório competente, pertencente à rede nacional de calibração do INMETRO, com a apresentação de certificado à Fiscalização Técnica, conforme preconizado pela ISO 9000.
- 3.13. A Contratada terá 30 (trinta) dias contados da assinatura do Contrato para realizar a mobilização.
- 3.14. A Contratada deverá gerar, no prazo máximo de 60 dias após a assinatura do CONTRATO, mantendo-o sempre atualizado, um cadastro dos principais equipamentos pertencentes ao objeto deste Termo de Referência (disjuntores AT, chaves seccionadoras AT, relés de proteção dos disjuntores AT, transformadores de potência, transformadores de potencial, transformadores de corrente etc) com o local de aplicação de cada um deles. Para efetuar este cadastramento, a Contratada deverá levar em conta os seguintes aspectos:
- 3.14.1. Levantamento completo dos itens a serem mantidos;
- 3.14.2. Registro dos itens a serem mantidos; através de planilhas padronizadas que, arquivadas de forma conveniente, possibilitem o acesso rápido a qualquer informação necessária para operar, manter, comparar ou analisar suas características, sem que seja necessário recorrer a fontes diversificadas de consulta.
- 3.15. A CONTRATADA deverá cadastrar todas as programações referentes às manutenções constantes no PMOC, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do CONTRATO:

- Instruções de Manutenção.
- Instruções e Rotinas de Operações.
- Folha de Programação de Quinzenal.
- Ordens de Serviço.
- Histórico dos Equipamentos.
- Atualização da documentação técnica (projetos, diagramas unifilares, manuais etc).

3.16. A Contratada deverá estruturar a Base de Dados da Manutenção, levando-se em conta:

- Recomendações de Segurança.
- Instruções de Manutenção.
- Planejamento de Manutenção.
- Programação de Manutenção.
- Fotos das subestações, com arranjos físicos e equipamentos.
- Georreferenciamento.
- Registros estatísticos.

3.17. Os serviços serão executados com fornecimento de mão de obra, peças/materiais, com respectiva disponibilidade de todos os instrumentos, equipamentos, ferramentais e transportes (de pessoal, de equipamentos, de ferramentas e de material) necessários para a perfeita execução dos serviços conforme discriminado abaixo:

3.17.1. Conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, no Sistema de Iluminação Pública, conforme os padrões UFRJ ou melhor técnica;

3.17.2. Conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, nas Subestações de Energia, envolvendo o sistema de alta tensão (13,8 kV);

3.17.3. Conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, nas Redes Aéreas e Subterrâneas de Alta Tensão da UFRJ, conforme os padrões UFRJ ou melhor técnica;

3.17.4. Conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, dos circuitos alimentadores de energia (circuito 127/220V a montante do controlador) do Sistema Semafórico.

3.17.5. Conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, dos circuitos alimentadores de energia (circuito 127/220V a montante do rack) do Sistema de Monitoramento/Câmeras.

3.17.6. Na definição deste escopo do Contrato, as Subestações Principais de Energia foram consideradas como prioritárias e fundamentais em relação à definição das equipes de trabalho e utilização de insumos, bem como, os Sistemas de Iluminação Pública, Rede Aérea e Subterrânea de AT (Alta Tensão), o Sistema Semafórico e o Sistema de Monitoramento/Câmeras.

3.17.7. Os serviços de conservação, operação e manutenção com suas intervenções pertinentes, dos sistemas elétricos urbanos descritos nos itens que se seguem foram elaborados com base nos padrões existentes dos Campi envolvidos na presente licitação.

3.17.8. Os serviços elencados abaixo são alguns dos principais exemplos, em: Conservação (inspeções, levantamentos, limpezas e procedimentos equivalentes), Operações (emergências, programadas, de rotina e procedimentos equivalentes) e Manutenção (reparos, consertos,

substituições, revisões sistemáticas dos equipamentos, lubrificações periódicas, calibração e aferição de instrumentos e procedimentos equivalentes) relacionados aos sistemas elétricos urbanos, dos serviços relacionados aos Plantonistas e Diaristas: A periodicidade para execução dos procedimentos relacionados abaixo será de até 30 (trinta) dias e/ou a critério da Fiscalização da UFRJ.

3.17.9. Nos itens da planilha de materiais designados como “Padrão UFRJ” deverão ser considerados somente os fabricantes indicados, tendo em vista a padronização implantada, devido à reposição de peças e equipamentos, a logística de manutenção e consequente economicidade, para atendimento dos sistemas elétricos urbanos da UFRJ. Nos demais itens onde haja a caracterização de materiais por determinadas marcas de fabricação, estas devem ser interpretadas como referenciais de qualidade, ficando subentendida a alternativa “ou rigorosamente equivalente”, a juízo da Fiscalização Técnica, sendo a equivalência ou similaridade julgada, em última instância, pela Fiscalização Técnica.

**3.17.10. Abaixo seguem as principais rotinas e execução dos serviços contínuos e permanentes de manutenção:**

**3.17.10.1. No Sistema de Iluminação Pública:**

- 3.17.10.1.1. Inspeção do sistema de iluminação pública: postes, luminárias, comandos e todos os equipamentos e acessórios complementares;
- 3.17.10.1.2. Intervenção emergencial (tal como a retirada de poste, recolhimento de cabo derrubado, reparo para continuidade do serviço de iluminação pública);
- 3.17.10.1.3. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos;
- 3.17.10.1.4. Inspeção dos painéis de comando de iluminação pública
- 3.17.10.1.5. Comutação das chaves seletoras dos comandos em grupo;
- 3.17.10.1.6. Montagem e intervenções nos comandos em grupo;
- 3.17.10.1.7. Limpeza geral das luminárias públicas;
- 3.17.10.1.8. Substituição e instalação de redes de dutos;
- 3.17.10.1.9. Substituição e instalação de materiais e/ou equipamentos concernentes ao Sistema de Iluminação Pública (com aprimoramentos inerentes, tal como a substituição para luminárias LED e instalação de sistema de telegestão);
- 3.17.10.1.10. Acompanhamento, controle e operação de sistema de telegestão;
- 3.17.10.1.11. Substituição e instalação de cabos de energia;
- 3.17.10.1.12. Substituição e instalação de projetores;
- 3.17.10.1.13. Substituição e instalação de lâmpadas de descargas;
- 3.17.10.1.14. Substituição e instalação de relés fotoelétricos;
- 3.17.10.1.15. Substituição e instalação de interruptores horários;
- 3.17.10.1.16. Substituição e instalação de comandos em grupo do tipo 1 e do tipo 2 (padrão UFRJ);
- 3.17.10.1.17. Substituição e instalação de bobinas de contadoras;



- 3.17.10.1.18. Substituição e instalação de contadoras;
- 3.17.10.1.19. Substituição e instalação de chaves comutadoras;
- 3.17.10.1.20. Substituição e instalação de conectores e terminais mecânicos;
- 3.17.10.1.21. Substituição e instalação de disjuntores trifásicos de até 100 A;
- 3.17.10.1.22. Substituição e instalação de postes de aço (padrão UFRJ);
- 3.17.10.1.23. Substituição e instalação de suportes de luminárias (padrão UFRJ);
- 3.17.10.1.24. Verificação da existência de possíveis pontos de sobreaquecimento nos componentes do sistema;
- 3.17.10.1.25. Verificação da resistência de isolamento dos componentes do sistema;
- 3.17.10.1.26. Verificação da resistência de contato dos componentes do sistema;
- 3.17.10.1.27. Quaisquer outras intervenções de manutenção necessárias para manter a confiabilidade e a continuidade operacional do sistema de iluminação pública da UFRJ.

#### **3.17.10.2. Nas Subestações de Energia:**

- 3.17.10.2.1. Inspeção visual nos alimentadores de entrada da concessionária;
- 3.17.10.2.2. Inspeção do sistema de proteção e Dispositivo de Transferência Automática de Carga – DTAC (relés e banco de baterias);
- 3.17.10.2.3. Inspeção geral nos painéis blindados de energia;
- 3.17.10.2.4. Inspeção nos kits/painéis onboard;
- 3.17.10.2.5. Inspeção nos transformadores de corrente e de potencial;
- 3.17.10.2.6. Inspeção nos transformadores de potência;
- 3.17.10.2.7. Inspeção do carregamento da subestação na baixa e alta tensão e análise da qualidade da energia elétrica (continuidade e conformidade segundo os procedimentos de distribuição da ANEEL-PRODIST), através de multiregistradores eletrônicos a serem temporariamente instalados pela Contratada. Deverão ser gerados gráficos e relatórios de todas as grandezas pertinentes, quando solicitado pela UFRJ;
- 3.17.10.2.8. Inspeção da temperatura da subestação;
- 3.17.10.2.9. Inspeção dos componentes e conexões através de termovisor com registrador;
- 3.17.10.2.10. Manobras programadas em subestações de energia;
- 3.17.10.2.11. Pronto atendimento, com simultaneidade, nas manobras emergências, para manutenção da continuidade da alimentação elétrica das UNIDADES atendidas;
- 3.17.10.2.12. Intervenção emergencial para garantir a segurança de pessoas, segundo as normas vigentes;
- 3.17.10.2.13. Inspeção visual dos equipamentos de proteção/combate a incêndio;
- 3.17.10.2.14. Utilização de forma programada ou emergencial de 01 (um) caminhão munck (16m) com caçamba dupla, motorista/operador para execução dos serviços;

- 3.17.10.2.15. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos;
- 3.17.10.2.16. Inspeção das subestações de energia elétrica AT pertencentes ao Contrato;
- 3.17.10.2.17. Limpeza física da área da subestação;
- 3.17.10.2.18. Revisão na iluminação normal e de emergência, com fornecimento e substituição de qualquer peça ou equipamento comprometido;
- 3.17.10.2.19. Limpeza e lubrificação dos disjuntores de alta tensão;
- 3.17.10.2.20. Limpeza, lubrificação e regulação das chaves seccionadoras;
- 3.17.10.2.21. Limpeza dos isoladores;
- 3.17.10.2.22. Limpeza dos barramentos.
- 3.17.10.2.23. Substituição e instalação de fusíveis de alta tensão;
- 3.17.10.2.24. Instalação de materiais e/ou equipamentos concernentes às Subestações de Energia Elétrica da UFRJ para manutenção (com aprimoramentos inerentes);
- 3.17.10.2.25. Colocação de óleo isolante em disjuntores de alta tensão (PVO);
- 3.17.10.2.26. Colocação de óleo em transformadores de potência;
- 3.17.10.2.27. Substituição e instalação de disjuntor de alta tensão;
- 3.17.10.2.28. Substituição e instalação de chaves seccionadoras;
- 3.17.10.2.29. Substituição e instalação de isoladores;
- 3.17.10.2.30. Substituição e instalação de barramentos e acessórios;
- 3.17.10.2.31. Substituição e instalação de transformadores de corrente e de potencial;
- 3.17.10.2.32. Substituição e instalação de transformadores de potência;
- 3.17.10.2.33. Substituição e instalação de relés, carregadores flutuadores e banco de baterias, bem como ajustes do sistema de proteção e do sistema DTAC;
- 3.17.10.2.34. Substituição e instalação de qualquer componente/equipamento defeituoso dentro de painel blindado de energia nas Subestações do Campus;
- 3.17.10.2.35. Substituição e instalação de qualquer componente/equipamento defeituoso em kits/painéis onboard;
- 3.17.10.2.36. Verificação de fissuras, trincas ou rachaduras nos isoladores;
- 3.17.10.2.37. Limpeza e reaperto de isoladores;
- 3.17.10.2.38. Verificação da resistência de isolamento dos componentes do sistema;
- 3.17.10.2.39. Verificação da resistência de contato dos componentes do sistema;
- 3.17.10.2.40. Quaisquer outras intervenções de manutenção necessárias para manter a confiabilidade e a continuidade operacional das subestações AT da UFRJ.



**3.17.10.3. No Sistema Rede Aérea e Subterrânea de Alta Tensão:**

- 3.17.10.3.1. Inspeção visual no sistema de AT da rede aérea;
- 3.17.10.3.2. Inspeção visual no sistema de AT da rede aérea; Inspeção dos componentes e conexões através de termovisor infravermelho;
- 3.17.10.3.3. Manobras no sistema aéreo AT;
- 3.17.10.3.4. Intervenção emergencial para manutenção da continuidade da alimentação elétrica das UNIDADES atendidas;
- 3.17.10.3.5. Intervenção emergencial para garantir a segurança de pessoas segundo as normas vigentes;
- 3.17.10.3.6. Inspeção nas chaves de distribuição, para-raios de distribuição, isoladores, cruzetas, transformadores de distribuição, terminações e cabos de energia.
- 3.17.10.3.7. Substituição e instalação de elos fusíveis;
- 3.17.10.3.8. Substituição e instalação de materiais e/ou equipamentos concernentes às redes de AT (aéreas ou subterrâneas) da UFRJ para manutenção (com aprimoramentos inerentes);
- 3.17.10.3.9. Substituição e instalação de chaves de distribuição;
- 3.17.10.3.10. Substituição e instalação de para-raios de distribuição;
- 3.17.10.3.11. Substituição e instalação de isoladores;
- 3.17.10.3.12. Substituição e instalação de cruzetas metálicas;
- 3.17.10.3.13. Substituição e instalação de peças para o conjunto aéreo (suportes, cintas, parafusos, porcas, tirantes e etc);
- 3.17.10.3.14. Substituição e instalação de transformadores de distribuição;
- 3.17.10.3.15. Substituição e instalação de cabos de energia;
- 3.17.10.3.16. Substituição e instalação de conectores, terminais mecânicos e terminações contrátil a frio 12/20kV para cabos elétricos
- 3.17.10.3.17. Substituição e instalação de postes de concreto.
- 3.17.10.3.18. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos;
- 3.17.10.3.19. Verificação de fissuras, trincas ou rachaduras nos isoladores da rede aérea AT;
- 3.17.10.3.20. Verificação da existência de possíveis pontos de sobreaquecimento nos componentes do sistema;
- 3.17.10.3.21. Verificação da resistência de isolamento dos componentes do sistema;
- 3.17.10.3.22. Verificação da resistência de contato dos componentes do sistema;

3.17.10.3.23. Quaisquer outras intervenções de manutenção necessárias para manter a confiabilidade e a continuidade operacional das redes aéreas e subterrâneas AT da UFRJ.

**3.17.10.4. No Sistema Semafórico:**

3.17.10.4.1. Instalação e conservação de rede elétrica de alimentação (circuito 127/220V a montante do controlador) do sistema semafórico;

3.17.10.4.2. Correção do sistema de alimentação (circuito 127/220V a montante do controlador) possibilitando o perfeito funcionamento do sistema semafórico;

3.17.10.4.3. Remoção, substituição e/ou instalação de postes em situações emergenciais;

3.17.10.4.4. Substituição emergencial exclusivamente de lâmpada (módulo LED ou incandescente) de semáforo (fornecida pela Contratante), sempre que solicitado pela Fiscalização Técnica;

3.17.10.4.5. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos.

**3.17.10.5. No Sistema de Monitoramento/Câmeras:**

3.17.10.5.1. Instalação e conservação de rede elétrica de alimentação (circuito 127/220V a montante do rack) do sistema de monitoramento/câmeras;

3.17.10.5.2. Correção do sistema de alimentação (circuito 127/220V a montante do rack) possibilitando o perfeito funcionamento do sistema monitoramento/câmeras;

3.17.10.5.3. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos.

**3.17.10.6. No Sistema de Radares de Trânsito:**

3.17.10.6.1. Instalação e conservação de rede elétrica de alimentação (circuito 127/220V a montante do radar) do sistema de radares de trânsito;

3.17.10.6.2. Correção do sistema de alimentação (circuito 127/220V a montante do radar) possibilitando o perfeito funcionamento do sistema de radares de trânsito;

3.17.10.6.3. Preenchimento do relatório de inspeção com as condições observadas na vistoria, com respectivos registros fotográficos.

3.18. As peças fornecidas pela Contratada deverão ser novas, originais e garantidas pelo prazo determinado pelo fabricante, prazo este igual ou superior ao prazo legal.

3.19. Nos casos em que componentes e/ou equipamentos apresentem defeito ainda em seus respectivos períodos de garantia, deverá ser verificado pela Contratada se o problema é decorrente de defeito coberto por suas garantias. Caso constatada tal decorrência, a Contratada deverá garantir a pronta substituição dos componentes e/ou equipamentos defeituosos, sem quaisquer custos adicionais de fornecimento à Contratante.

- 3.20. Caso haja impugnação de algum material por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará obrigada a retirá-lo da obra no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.
- 3.21. No caso de não haver indicação de marca, deverão ser observadas as marcas e os modelos padronizados dos materiais instalados nas instalações da CONTRATANTE; ou, em não havendo mais no mercado (retirada de linha de fabricação ou outro motivo justificável), substituição por similar ou superior em qualidade.
- 3.22. Os materiais e peças de reposição necessários para a execução dos serviços ora licitados serão utilizados de acordo com a necessidade durante a vigência do CONTRATO. A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus extra para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de materiais de consumo que são considerados aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades com relação ao valor dos serviços (de forma a não inviabilizar o serviço de manutenção devido à ausência em planilha de material muito específico e de custo relativamente inexpressivo), tais como: lubrificantes, graxas, lixas, produtos antiferrugem, orings, eletrodos e afins, baterias de instrumentos, parafusos, brocas, serra copo, arrebites, buchas de nylon, arruelas, pregos, fita zebrada, lona plástica e outros materiais específicos necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.
- 3.23. A Contratada deverá fornecer todos os materiais e peças de reposição indispensáveis à execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos mesmos.
- 3.24. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pela Fiscalização Técnica, amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes de sua execução.
- 3.25. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização Técnica todas as peças, componentes e materiais porventura retirados/substituídos.
- 3.26. A Fiscalização Técnica deverá ser comunicada pela Contratada quando da substituição de peças, que poderá acompanhar a substituição para certificar-se da originalidade e da genuinidade dos componentes.
- 3.27. A retirada, pela Contratada, de quaisquer materiais, instrumentos ou equipamentos do canteiro de serviços ou demais instalações da UFRJ necessita de autorização prévia da Fiscalização Técnica.
- 3.28. A responsabilidade final dos serviços será da Contratada, que deverá observar as Ordens de Serviço da Contratante, bem como as normas técnicas e legislações vigentes no país.
- 3.29. A Contratante poderá rejeitar os serviços que estiverem em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência, ou nas normas afins, ou nos padrões vigentes da Concessionária ou ainda nas orientações do fabricante, devendo a Contratada corrigir o serviço imediatamente, sem qualquer custo à Contratante.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 5.1. Celebrar-se-á contrato com a adjudicatária, com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, conforme modelo a ser elaborado pelo setor competente.
- 5.2. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes até o prazo limite de 60 (sessenta) meses.
- 5.3. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.3.1. Serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.3.2. A atuação da fiscalização em nada diminui a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao serviço e suas implicações próximas ou remotas, sempre em conformidade com o contrato, o código civil, normas de procedimento e demais leis e regulamentos vigentes.
- 5.3.3. A Contratada deverá adquirir e disponibilizar aos seus profissionais EPIs que atendam ao disposto na NR-6 Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho ou outra regulamentação vigente.
- 5.3.4. Os interessados deverão estar com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 21, I da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 5.3.5. A Contratada deverá apresentar Engenheiro Eletricista, que será responsável técnico pelos serviços realizados.
- 5.3.6. A equipe de serviço definida para Conservação, Operação e Manutenção (Preventiva e Corretiva) nos sistemas elétricos urbanos deve conter:
- 5.3.6.1. Equipe de plantonistas - 12 x 36h (para cada plantão):
- 5.3.6.2. Diaristas - Horário Comercial (das 8h às 18h):
- 5.3.7. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor para os serviços com mão de obra em dedicação exclusiva os profissionais descritos abaixo, capazes de exercer as seguintes atribuições:

### **5.3.7.1. Engenheiro Eletricista pleno**

- 5.3.7.1.1. Engenheiro com registro no CREA;
- 5.3.7.1.2. Deve ser responsável técnico pelos serviços prestados: Conservação, Operação e Manutenção (Preventiva e Corretiva), baixa e alta tensão (11 a 36kV) inclusive inspeções, instalações e montagens, configurações de sistemas e equipamentos, acionamentos e comandos, execução de testes e ensaios,

elaboração de relatórios de não conformidades e melhorias e trâmites junto à Concessionária;

5.3.7.1.3. O Engenheiro Eletricista também será responsável pelo desenvolvimento, quando se fizer necessário, de atividades relacionadas à elaboração de anteprojeto/projeto exequível para devida aprovação pelo corpo técnico da UFRJ;

5.3.7.1.4. Deve possuir mais de 3 (três) anos de experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo do Contrato, tendo em vista o risco intrínseco à atuação em ambientes de Subestação de Energia, bem como, nas operações/manobras em redes de alta tensão (11 a 36 kV).

#### **5.3.7.2. Técnico em elétrica de alta tensão**

5.3.7.2.1. Técnico com registro no CREA;

5.3.7.2.2. Atuação técnica na Conservação, Operação e Manutenção (Preventiva e Corretiva) baixa e alta tensão (11 a 36 kV), inclusive inspeções, instalações e montagens em iluminação pública, linhas aéreas e subterrâneas e subestações abrigadas, configurações de sistemas e equipamentos, acionamentos e comandos e análise de qualidade de energia;

5.3.7.2.3. Os Técnicos precisam estar habilitados para manusear os instrumentos previstos nos serviços discriminados no item 4 deste Termo, além dos trabalhos pertinentes de conservação/manutenção em subestações blindadas de AT;

5.3.7.2.4. É necessário que seja considerado pelo menos 1 (um) técnico por plantão diurno com capacitação técnica também para desenvolvimento e montagens de painéis e comandos elétricos;

5.3.7.2.5. Deve possuir mais de 3 (três) anos de experiência comprovada nas atividades pertinentes ao escopo do Contrato, tendo em vista o risco intrínseco à atuação em ambientes de Subestação de Energia, bem como, nas operações/manobras em redes de alta tensão (11 a 36 kV).

#### **5.3.7.3. Eletricista de alta tensão**

5.3.7.3.1. Atuação em sistemas elétricos de baixa tensão e alta tensão (11 a 36kV) na Conservação, Operação e Manutenção (Preventiva e Corretiva) inclusive instalações e montagens em iluminação pública, linhas aéreas e subterrâneas e subestações abrigadas.

5.3.7.3.2. A maior parte dos profissionais deve possuir mais de 3 anos de experiência comprovada, nas atividades descritas, e os demais poderão possuir experiência comprovada, desde que com curso técnico profissionalizante de eletricista também nas atividades descritas.

#### **5.3.7.4. Auxiliar de eletricista de alta tensão**

5.3.7.4.1. Auxiliar o eletricista no desempenho das atividades descritas;

5.3.7.4.2. Deve possuir mais de 1 ano de experiência comprovada nestas atividades.

#### **5.3.7.5. Técnico em segurança do trabalho pleno**

5.3.7.5.1. Formação técnica em segurança do trabalho com registro no Ministério do Trabalho;

5.3.7.5.2. Deve possuir mais de 2 anos de experiência comprovada nestas atividades.

**5.3.7.6. Apontador**

5.3.7.6.1. Requisitar materiais, anotar períodos de utilização de máquinas e equipamentos, registrar a utilização de materiais e serviços executados, bem como controlar a entrada e saída de materiais e de pessoal;

5.3.7.6.2. Deve possuir mais de 1 ano de experiência comprovada nestas atividades. Deve ter conhecimento dos materiais envolvidos no escopo do Contrato.

5.3.8. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), para os cargos enquadrados em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	CÓDIGO CBO
Engenheiro Eletricista Pleno	2143-05
Técnico em Elétrica de Alta Tensão	3131-05
Eletricista de Alta Tensão	7321-20
Auxiliar de Eletricista	7156-15
Técnico em Segurança do Trabalho Pleno	3516-05
Apontador	4142-05

5.3.9. A seguir é disponibilizada a quantidade de postos e carga horária exigida a cada um dos profissionais:

5.3.9.1. Para o **ITEM 1**:

PROFISSIONAL	TURNO	JORNADA	Nº DE POSTOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS
Engenheiro Eletricista Pleno	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01
Técnico em Elétrica de Alta Tensão	Diurno (horário comercial)	44h semanais	02	02
Técnico em Elétrica de Alta Tensão	Diurno	12h x 36h	01	02



Técnico em Elétrica de Alta Tensão	Noturno	12h x 36h	01	02
Eletricista de Alta Tensão	Diurno	12h x 36h	03	06
Eletricista de Alta Tensão	Noturno	12h x 36h	02	04
Eletricista de Alta Tensão	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01
Auxiliar de Eletricista	Diurno	12h x 36h	01	02
Técnico em Segurança do Trabalho Pleno	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01
Apontador	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01

5.3.9.2. Para o **ITEM 2:**

PROFISSIONAL	TURNO	JORNADA	Nº DE POSTOS	Nº DE FUNCIONÁRIOS
Engenheiro Eletricista Pleno	Diurno (horário comercial)	30h semanais	01	01
Técnico em Elétrica de Alta Tensão	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01
Eletricista de Alta Tensão	Diurno	12h x 36h	02	04
Eletricista de Alta Tensão	Noturno	12h x 36h	02	04
Eletricista de Alta Tensão	Diurno (horário comercial)	44h semanais	01	01
Técnico em Segurança do Trabalho Pleno	Diurno (horário comercial)	44 h semanais	01	01

5.3.10. A composição das equipes fica com a seguinte definição:

5.3.10.1. Para o **ITEM 1**:

5.3.10.1.1. Equipe de plantonistas – 12 x 36h (em cada plantão):

Plantão diurno:

- 1 Técnico em Elétrica;
- 3 Eletricistas;
- 1 Auxiliar de Eletricista;

Plantão noturno:

- 2 Eletricistas;
- 1 Técnico em Elétrica.

5.3.10.1.2. Equipe de diaristas:

- 1 Engenheiro Eletricista
- 2 Técnicos em Elétrica
- 1 Eletricista
- 1 Técnico em Segurança do Trabalho
- 1 Apontador

5.3.10.2. Para o **ITEM 2**:

5.3.10.2.1. Equipe de plantonistas - 12 x 36h (em cada plantão):

Plantão diurno:

- 2 Eletricistas;

Plantão noturno:

- 2 Eletricistas;

5.3.10.2.2. Equipe de diaristas:

- 1 Engenheiro Eletricista (30 h semanais)
- 1 Técnico em Segurança do Trabalho (44 h semanais)
- 1 Técnico em Elétrica;
- 1 Eletricista;

5.3.11. Profissionais pedreiro, serralheiro, eletricista de alta tensão e técnico em elétrica de alta tensão poderão ser solicitados para serviço específico em período eventual. Pedreiro e serralheiro serão chamados para suprir necessidades eventuais de manutenção das diversas subestações.

5.3.12. Os quantitativos de pessoal apresentados poderão ser alterados, para mais ou para menos, conforme julgamento da fiscalização técnica, dentro dos limites previstos na Lei nº

8.666/93, de forma a garantir a execução integral dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

5.3.13. A Contratada deverá manter sempre em seu quadro de funcionários no mínimo 50% dos técnicos em elétrica e 50% dos eletricitas com carteira de habilitação válida (categoria B ou superior), para conduzir os veículos da empresa, pois estes, em hipótese alguma, poderão ser conduzidos por colaboradores sem habilitação ou com habilitação vencida.

5.3.14. A Contratada deverá nomear 01 (um) preposto com a atribuição de gerir as demandas administrativas dos funcionários da Contratada e sobre os serviços prestados, devendo indicá-lo mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones comercial e de celular (período comercial), além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.

5.3.15. Estabelece-se que o preposto seja um responsável técnico da Contratada ou um profissional com formação superior em engenharia, podendo ser um engenheiro de seu quadro permanente. O preposto será a pessoa para representação e responsabilidades administrativas junto ao Contrato, a quem a Contratante irá se reportar sempre que necessário, no local de serviços, ou seja, no Campus.

5.3.16. O engenheiro eletricitista ou qualquer outro profissional envolvido no contrato, não poderá ser, sob nenhuma hipótese, o preposto da Contratada.

5.3.17. São atribuições do preposto:

5.3.17.1. Receber os documentos administrativos relativos ao Contrato, emitidos pela Contratante.

5.3.17.2. Responder às demandas da Contratante relativas ao Contrato, exceto as demandas técnicas. Estas, as demandas técnicas, serão encaminhadas pela Fiscalização Técnica diretamente ao Engenheiro Eletricista do Contrato, de forma a permitir a fluidez e o bom andamento deste contrato de conservação, manutenção e operação.

5.3.17.3. Fechar as medições de serviços a partir das Ordens de Serviço finalizadas até a data de fechamento da medição, data esta acertada previamente entre a Contratante e a Contratada. A medição implica em totalizar em uma única planilha todos os serviços executados e materiais fornecidos. O Engenheiro Eletricista do Contrato deve fornecer ao Preposto as Ordens de Serviços executadas, juntamente com as respectivas de planilhas orçamentárias (material e mão de obra), devidamente atestadas pela Fiscalização Técnica.

5.3.17.4. Entregar as faturas mensais à Contratante, com as guias de recolhimento e respectivos comprovantes, assim como outros documentos e relatórios solicitados, física ou digitalmente.

5.3.17.5. Realizar mensalmente o controle da jornada de trabalho dos ocupantes dos postos de trabalho com objetivo de cumprir o Contrato.

5.3.17.6. Apresentar à Fiscalização Administrativa, mensalmente, planilha ou mapa de frequência do pessoal no prazo de até 10 (dez) dias do mês subsequente ao trabalhado.

5.3.17.7. Entregar crachás, vales (refeição, transporte), comprovante de rendimentos e outros documentos a cada empregado.

5.3.18. O profissional designado como preposto deverá demonstrar capacidade gerencial e conhecimento em manutenção elétrica, medição de serviços de engenharia, gestão de pessoas

e informática, de forma a administrar a equipe disponibilizada pela Contratada e representar a empresa perante à Contratante.

5.3.19. O preposto, uma vez indicado pela empresa e aceito pela Contratante, deverá apresentar-se, tão logo seja firmado o Contrato, para assinar, com a fiscalização técnica, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado a registrar as principais ocorrências durante a execução do Contrato.

5.3.20. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados sempre que consultado.

5.3.21. O preposto, juntamente com o Engenheiro Eletricista do Contrato, orientará os funcionários quanto à necessidade de acatarem as orientações da fiscalização, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

5.3.22. O preposto deverá manter contato com a fiscalização com o objetivo de sanar qualquer demanda, quando necessário, tanto na área de administração de pessoal como de fornecimento de material, objetos deste Contrato.

5.3.23. O preposto deverá ser capaz de solucionar qualquer demanda administrativa referente ao Contrato. As solicitações de serviços técnicos, tais como as reuniões para discussão da melhor técnica a ser utilizada a cada caso específico, verificação do status da manutenção e discussão do cronograma quinzenal, serão realizadas pela fiscalização técnica com o Engenheiro Eletricista do Contrato (com a participação também do corpo técnico envolvido, quando pertinente).

5.3.23.1. O Engenheiro Eletricista do Contrato é o profissional inteirado da situação técnica a ser resolvida e o responsável pela mobilização do pessoal da Contratada. Mediante aval da fiscalização técnica, após este engenheiro expor a situação existente e propor uma solução, a Contratada aplicará a melhor solução técnica no julgamento desta Fiscalização.

5.3.24. A Contratada deverá providenciar e apresentar comprovação de orientação, instrução e treinamento aos seus trabalhadores, conforme disposto em legislação (NR 10, NR 35, dentre outras) sobre os serviços que executarão e, inclusive, fornecer as orientações cabíveis quanto aos riscos de acidentes e doenças do trabalho que poderão ocorrer em razão dos serviços praticados dentro dos estabelecimentos da Contratante.

5.3.25. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização Técnica o **PMOC (Plano de Manutenção, Operação e Controle)**, que deverá ter como responsável por sua elaboração um profissional graduado em Engenharia Elétrica, com atribuição para tal.

5.3.26. A empresa deverá garantir a aplicação do PMOC por meio da execução contínua direta ou indireta da manutenção, preventiva e corretiva, mantendo disponível o registro de execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC e divulgando mediante a apresentação de relatórios mensais à Fiscalização os resultados das atividades de manutenção, operação e controle.

5.3.27. O PMOC será elaborado pela Contratada no primeiro mês de CONTRATO e deverá estabelecer rotinas de manutenção para os sistemas objeto deste certame, sob a aprovação da Fiscalização Técnica, sempre visando a logística mais eficiente de manutenção e resultados.

5.3.28. A Contratada obriga-se a emitir relatórios comprobatórios da execução das rotinas de manutenção previstas no PMOC e dos serviços de manutenção Corretiva e Emergenciais realizados.

5.3.29. Cabe salientar que a liberação do pagamento das faturas mensais ficará condicionada à apresentação dos relatórios mensais contidos no PMOC e à sua aprovação pela Fiscalização Técnica.

5.3.30. Falhas ou defeitos decorrentes da inexecução, ineficiência, ineficácia ou incorreta implementação do PMOC serão de responsabilidade da Contratada, que arcará com todos os prejuízos inerentes a essas falhas, independente da aprovação do PMOC pela FISCALIZAÇÃO.

5.4. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 3º da Lei nº 8.666/93 e com o art. 6º da Instrução Normativa/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber:

6.1.1. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

6.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

6.1.3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6.1.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

6.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

6.1.6. Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de julho de 1999.

6.1.7. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos fixados nas Resoluções CONAMA nº 433, de 13 de julho de 2011 e legislação correlata.

6.2. A Contratada será responsável pela destinação (descarte) de peças ou equipamentos que forem substituídos (priorizando a política de logística reversa), após apresentados à fiscalização, desde que o último não opte por reter a peça para algum proveito da Universidade ou para efetuar descarte por outra via.

## **7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor

designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente através dos seguintes contatos:

- 7.1.1. Para o ITEM 1, pelo e-mail [coord.infra@pu.ufrj.br](mailto:coord.infra@pu.ufrj.br).
- 7.1.2. Para o ITEM 2, e-mail: [subpref.ufrj@gmail.com](mailto:subpref.ufrj@gmail.com).
- 7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
  - 7.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 7.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

- 8.1.1. Os serviços serão executados com fornecimento de mão de obra com dedicação exclusiva, fornecimento de peças, materiais, equipamentos e ferramentas, assim como as específicas disponibilizações de transportes (para deslocamento de pessoal, equipamentos, ferramentas e materiais) e caminhões.
- 8.1.2. As demandas serão encaminhadas pela Contratante, através de ordem de serviço, e-mail, reunião ou aplicativo de mensagens eletrônicas, ao corpo técnico da Contratada, quando serão definidos os serviços a serem realizados.
- 8.1.3. Faz parte das demandas os planos de manutenção preventiva mensal, trimestral e anual, sendo que as periodicidades podem ser alteradas, reduzidas ou acrescidas conforme a necessidade percebida pela Contratante, e as manutenções corretivas, que podem ser emergenciais ou não.
- 8.1.4. Também fazem parte as intervenções para adequação das instalações da UFRJ às exigências legais da Concessionária, que sofrem constante atualização técnica, ou modernização das instalações devido à obsolescência ou mesmo para otimização operacional e de segurança das mesmas.
- 8.1.5. Quinzenalmente, em dia previamente estipulado pela Contratante, a Contratada gerará um cronograma de serviços para atender as demandas previamente solicitadas, contendo a previsão dos custos por serviço, tendo por base a planilha de materiais e serviços do contrato. Esta periodicidade pode ser alterada, reduzida ou acrescida conforme a necessidade percebida pela Contratante.



8.1.6. A Contratante fará, então, a análise do cronograma e dos custos previstos pela Contratada, adequando os serviços para, então, aprovar sua execução através da emissão das respectivas Ordens de Serviço (OS) ou através de e-mail para posterior geração das respectivas OS.

8.1.7. A Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

8.1.7.1. A data de abertura da OS;

8.1.7.2. A data limite para atendimento à OS;

8.1.7.3. A data do término efetivo do serviço;

8.1.7.4. A descrição do serviço;

8.1.7.5. O local do serviço;

8.1.7.6. A relação dos funcionários da Contratada que participaram na execução dos serviços da OS (nome, função e tempo dedicado na execução da OS);

8.1.7.7. A planilha de custo referente ao serviço;

8.1.7.8. Fotos que apresentem as diferentes etapas do serviço, especialmente o status ANTES e DEPOIS de efetuado o serviço.

8.1.8. Uma vez executado o serviço especificado na OS, o caminho é o seu recebimento pela Administração, se tiver sido prestado dentro dos parâmetros especificados no contrato, para posterior pagamento, conforme preço previsto na planilha licitada e as quantidades executadas.

8.1.9. A medição dos serviços para fim de pagamento à Contratada ocorrerá por meio do somatório dos itens executados/fornecidos em todas as Ordens de Serviço no período. Somente serão levados em conta os itens de serviços incluídos na planilha licitada. Esta medição será executada mensalmente.

8.1.10. Caberá à Contratada fornecer e conservar o equipamento e o ferramental necessário que assegure o progresso satisfatório dos serviços, bem como os materiais necessários, em quantidade suficiente para a conclusão nos prazos fixados.

8.1.11. A boa qualidade e eficiência dos materiais e trabalhos a cargo da Contratada serão condição prévia e indispensável ao recebimento dos serviços, sob aprovação da Contratante.

8.1.12. Todos os materiais e equipamentos empregados nos serviços fornecidos pela Contratada serão novos, comprovadamente de primeiro uso, satisfazendo rigorosamente às condições estipuladas neste instrumento e seus anexos, em conformidade com as especificações dos fabricantes, as normas, métodos e ensaios da ABNT, salvo disposição em contrário da Contratante, cabendo a esta a aprovação do material a ser fornecido.

8.1.13. A Contratante poderá fornecer à Contratada, para armazenamento e respectiva instalação, materiais e equipamentos pertinentes ao contrato.

8.1.14. Os serviços serão executados dentro das normas técnicas da ABNT, em atendimento às exigências da Concessionária de distribuição de energia elétrica, dentro das especificações técnicas dos fabricantes dos materiais e equipamentos e em obediência às Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho e Previdência (MTP).

8.1.15. As Normas Regulamentadoras (NR) do MTP estabelecem a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam

trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR-9), visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, através da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

8.1.16. O PPRA é parte integrante do conjunto mais amplo das iniciativas da empresa no campo da preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, devendo estar articulado com o disposto nas demais NR's, em especial com o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO previsto na NR-7.

8.1.17. A empresa Contratada deverá manter a equipe prevista, devidamente qualificada, uniformizada (item 11 do Termo de Referência) e portando crachá de identificação, para atendimento às solicitações da Contratante, nos dias e horários previstos para a prestação dos serviços.

8.1.18. Os chamados de emergência deverão ser atendidos imediatamente, ou até o prazo estipulado na solicitação do serviço, principalmente através de ordem de serviço, e-mail, reunião ou aplicativo de mensagens eletrônicas.

8.1.19. As rotinas de serviço discriminadas no subitem 3.10 deste instrumento (Rotinas de execução de serviços contínuos e permanentes de manutenção) são apenas uma referência para execução dos serviços, devendo a Contratada providenciar todas as demais ações que forem necessárias para manter o efetivo funcionamento dos Sistemas Elétrico Urbano e do Sistema de Iluminação Pública, ou mesmo para aperfeiçoar os processos envolvidos. Tais rotinas complementares deverão ser encaminhadas por escrito para aprovação prévia da fiscalização, de forma a verificar a sua adequação.

8.1.20. A Contratada deverá disponibilizar e manter nas dependências da Contratante, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços usuais e cotidianos objeto deste Termo de Referência.

8.1.21. Os desligamentos programáveis que se fizerem necessários deverão ser negociados com a Contratante, com a maior antecedência possível, no mínimo 7 (sete) dias corridos, ou conforme orientação da Fiscalização.

8.2. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do Contrato.

## **9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Em relação à mão de obra com dedicação exclusiva esta é a lista mínima dos materiais, equipamentos e ferramentas necessárias para a execução:

**PARA O ITEM 1**

**Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Engenheiro Eletricista**

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1

**Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Eletricista**

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
ALICATE UNIVERSAL 8"	1
ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	1
ALICATE MEIA-CANA 6"	1
CONJUNTO DE CHAVE ALLEN - 1,5MM A 10MM	1
ALICATE MULTIUSO PARA ELETRICISTA 9.1/2" (PRENSA TERMINAL E DECAPADOR)	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/8" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/4" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA - 5/16" X 8"	1
BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS - 470 X 300 X 350MM	1
CHAVE PHILLIPS ISOLADA - PH1 - 3/16" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH2 - 1/4" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH3 - 5/16" X 8"	1
JOGO DE CHAVE TORX/HEXALOBULAR COM 9 PEÇAS: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45, T50. FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO	1
MAGNETIZADOR E DESMAGNETIZADOR DE CHAVE	1
DETECTOR DE TENSÃO 90V A 1000V	1
FACA RETA DESEMCAPADORA DE CABOS	1
CHAVE AJUSTÁVEL 8"	1
ARCO SERRA MANUAL (MINI) COM LÂMINA DE 12"	1
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
LANTERNA RECARREGÁVEL LED 265 LÚMENS (OU VALOR SUPERIOR)	1
ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL TRUE RMS - CAT III 600V E CAT IV 300V (REF.: FLUKE-324)	1
PINCEL TRINCHA 1.1/2"	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1
TESOURA PARA CABISTA/ELETRICISTA 5.1/2"	1
PINCEL MARCADOR PERMANENTE	1
MARTELO BOLA COM CABO DE FIBRA DE VIDRO (200 g)	1

**Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Técnico em Segurança do Trabalho**

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1

**Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Técnico em Elétrica**

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
ALICATE UNIVERSAL 8"	1
ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	1
ALICATE MEIA-CANA 6"	1
CONJUNTO DE CHAVE ALLEN - 1,5MM A 10MM	1

ALICATE MULTIUSO PARA ELETRICISTA 9.1/2" (PRENSA TERMINAL E DECAPADOR)	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/8" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/4" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA - 5/16" X 8"	1
BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS - 470 X 300 X 350MM	1
CHAVE PHILLIPS ISOLADA - PH1 - 3/16" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH2 - 1/4" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH3 - 5/16" X 8"	1
JOGO DE CHAVE TORX/HEXALOBULAR COM 9 PEÇAS: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45, T50. FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO	1
MAGNETIZADOR E DESMAGNETIZADOR DE CHAVE	1
DETECTOR DE TENSÃO 90V A 1000V	1
FACA RETA DESEMCAPADORA DE CABOS	1
CHAVE AJUSTÁVEL 8"	1
ARCO SERRA MANUAL (MINI) COM LÂMINA DE 12"	1
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
LANTERNA RECARREGÁVEL LED 265 LÚMENS (OU VALOR SUPERIOR)	1
ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL TRUE RMS - CAT III 600V E CAT IV 300V (REF.: FLUKE-324)	1
PINCEL TRINCHA 1.1/2"	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1
TESOURA PARA CABISTA/ELETRICISTA 5.1/2"	1
PINCEL MARCADOR PERMANENTE	1
MARTELO BOLA COM CABO DE FIBRA DE VIDRO (200 g)	1

**Lista de equipamentos e ferramentas de uso geral para mão de obra com dedicação exclusiva, com fornecimento sob demanda**

ALICATE MANUAL CORTADOR DE CABOS, 32 - 240MM
ALICATE PRENSA TERMINAL - 5,5 - 38MM
CHAVE ALLEN LONGA - 14MM
CHAVE ALLEN LONGA - 12MM
CHAVE DE GRIFO 24"
VIRA MACHO TIPO DESANDADOR Nº2 (DESANDADOR UNIVERSAL Nº2) - CAPACIDADE (MM):M4-M12   (POL):5/32-1/2
ESMERILHADEIRA ANGULAR 4.1/2" 850W - 220V
FERRO DE SOLDA 70W - 220V
MARTELETE PERFURADOR/ROMPEDOR, 850 W - 220V
FURADEIRA DE IMPACTO 1/2" - 710W - 220V
GUIA PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 20M
CORTADOR DE TUBOS DE PVC - ATÉ 42MM
JOGO DE SOQUETES 1/2" DE 8 A 32MM COM 22 PEÇAS: 18 SOQUETES ESTRIADOS COM ENCAIXE DE 1/2" DE MEDIDAS 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 24, 27, 30, 32MM; 01 CABO T' DE 10"; 01 EXTENSÃO DE 5"; 01 EXTENSÃO DE 10" COM ENCAIXE DE 1/2"; 01 CATRACA DE 10"
JOGO DE SOQUETE ESTRIADO DE 1/4 POL. COM 31 PEÇAS (11 SOQUETES ESTRIADOS: 4, 4.5, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 E 13 MM, 6 CHAVES SOQUETES COM PONTA ALLEN: 3, 4, 5, 6, 8 E 10 MM, 8 CHAVES SOQUETES COM PONTA TORK: T8, T9, T10, T15, T20, T25, T27 E T30, 2 EXTENSÕES: 3" E 6", 1 CABO DE FORÇA "T", 1 CATRACA REVERSÍVEL, 1 CHAVE DE APOIO, 1 JUNTA UNIVERSAL)
LIMA CHATA BASTARDA DE 8" COM CABO
LIMA REDONDA BASTARDA DE 10" COM CABO
PARAFUSADEIRA 1/4" - COM LUZ LED - GSR 1000 SMART 110V/220V - BATERIA 12V (OU EQUIVALENTE)
PONTEIRO SEXTAVADO 3/4 X 12"
SERRA MÁRMORE 5" - 1.450W - 220V / DIÂMETRO DO DISCO DE 125 MM
TRENA LASER COM 40M DE ALCANCE
TRENA DE FIBRA LONGA CAIXA ABERTA COM 50M
CAIXA DE CALIBRAÇÃO DE RELÉ DIGITAL - 100 A
VARA DE MANOBRA 4 ELEMENTOS + BOLSA + CABEÇOTE UNIVERSAL
DETECTOR DE MÉDIA TENSÃO POR APROXIMAÇÃO DE 1 A 138KV

LUVA DE ALTA TENSÃO CLASSE 2 (PAR)
PAQUÍMETRO DIGITAL - RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 0,01 MM – AÇO INOX
ESCADA TESOURA DUPLA EM FIBRA 10 DEGRAUS 3,00 METROS
ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO E FIBRA 39 DEGRAUS 11,70 METROS
MEGÔMETRO DIGITAL 10 kV - 0,1 MEGA-OHMS À 2.000.000 MEGA-OHMS (2 TERRA-OHMS) – LOCAÇÃO
ALICATE TERRÔMETRO LCD 4 DÍGITOS CAT III 300V SOBRETENSÃO
TERMOVISOR INFRAVERMELHO (CÂMERA TERMOGRÁFICA) DE ALTA RESOLUÇÃO – DETECTOR DE INFRAVERMELHO DE 76.800 (320 X 240) PIXELS, FAIXA DE TEMPERATURA DE -20 °C a 550 °C E WI-FI INTEGRADA.
DECIBELÍMETRO DIGITAL DE 30 A 130DB, PRECISÃO ± 1,5
MICROHMÍMETRO 10A – LOCAÇÃO
LUXÍMETRO DIGITAL 200.000 LUX - PRECISÃO DE 0,01 FC/LUX
FASÍMETRO DIGITAL DE PRECISÃO POR ROTAÇÃO DISCO – CAT III 600V / CAT IV 300V
HOLOFOTE DE MÃO RECARREGÁVEL USB, 1500 LÚMENS, COM ALCANCE FOCAL DE 1.500M (MONSTER NAUTIKA OU EQUIVALENTE)
GERADOR TRIFÁSICO DE ENERGIA ELÉTRICA PORTÁTIL A GASOLINA, 110/220V, POTÊNCIA NOMINAL 8 KVA, POTÊNCIA MÁXIMA 10 KVA
BOMBA HIDRÁULICA SUBMERSÍVEL, TRIFÁSICA, MOTOR ELÉTRICO COM POTÊNCIA DE 6CV, 220/380V, PARA TUBULAÇÃO DE 3", MODELO JUMBO 30MD DA ABS OU SIMILAR
SOPRADOR TÉRMICO 2000W, 220V, DE 50 A 600 GRAUS
ALICATE DE COMPRESSÃO HIDRÁULICO (PNEUMÁTICO) COM 12 MATRIZES (10, 16, 25, 35, 50, 70, 95, 120, 150, 185, 240 E 300 MM2)
PUNÇÃO DE CENTRO 4.1/2 POL.
ALICATE BICO REDONDO 6.1/2" (VDE - 1000V)
CHAVE AJUSTÁVEL 10"
CHAVE AJUSTÁVEL 12"
ARCO DE SERRA MANUAL COM CABO FECHADO 12"
TALHA MANUAL - 2 TONELADAS - COM 3 METROS DE CORRENTE
CAVALETE AJUSTÁVEL AUTOMOTIVO - CAPACIDADE 2 TONELADAS - AJUSTÁVEL 300-500 MM
CARRINHO PLATAFORMA - 1200 KG
CARRINHO ARMAZÉM – 400 KG
ALICATE ARMADOR TORQUÊS 8"
CARRINHO DE MÃO DE AÇO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA
CAVADEIRA RETA CABO DE MADEIRA 120 CM
CAVADEIRA ARTICULADA 1,40 M
ENXADA COM CABO DE MADEIRA
ENXADÃO COM CABO DE MADEIRA
TRANSFORMADOR DE SOLDA BIVOLT - 250A
SERRA DE ESQUADRIA PARA FERRO, 14", 2400W/220V, COM DISCO
HIPOT 5KV 10MA AC – LOCAÇÃO
HIPOT 50KV 50MA AC – LOCAÇÃO
MEDIDOR DE RELAÇÃO DE ESPIRAS TTR
JOGO DE BROCAS PARA CONCRETO - 7 PEÇAS - 3/4/5/5,5/6/7/8 MM
JOGO DE BROCAS PARA METAL - 7 PEÇAS - 2/3/4/5/6/8/10 MM
JOGO DE BROCAS PARA MADEIRA - 7 PEÇAS - 3/4/5/6/7/8/10 MM
BROCA PARA CONCRETO 10 MM
BROCA PARA CONCRETO 13 MM
BROCA PARA METAL 13 MM
ALICATE PRENSA TERMINAL CATRACA DE 0,5 A 6 MM2
TAPETE ISOLANTE 20KV 1,00x1,00m COM LAUDO
LOAD STOPPING 24,5kV COM CONTADOR AUTOMÁTICO

CONJUNTO DE ATERRAMENTO PARA CUBICULOS E SUBESTAÇÕES ATÉ 36KV
ANALISADOR DE QUALIDADE DE ENERGIA TRIFÁSICO (REF.: IMS, P600-G4)

## PARA O ITEM 2

### Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Engenheiro Eletricista

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1

### Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Eletricista

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
ALICATE UNIVERSAL 8"	1
ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	1
ALICATE MEIA-CANA 6"	1
CONJUNTO DE CHAVE ALLEN - 1,5MM A 10MM	1
ALICATE MULTIUSO PARA ELETRICISTA 9.1/2" (PRENSA TERMINAL E DECAPADOR)	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/8" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/4" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA - 5/16" X 8"	1
BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS - 470 X 300 X 350MM	1
CHAVE PHILLIPS ISOLADA - PH1 - 3/16" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH2 - 1/4" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH3 - 5/16" X 8"	1
JOGO DE CHAVE TORX/HEXALOBULAR COM 9 PEÇAS: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45, T50. FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO	1
MAGNETIZADOR E DESMAGNETIZADOR DE CHAVE	1
DETECTOR DE TENSÃO 90V A 1000V	1
FACA RETA DESEMCAPADORA DE CABOS	1
CHAVE AJUSTÁVEL 8"	1
ARCO SERRA MANUAL (MINI) COM LÂMINA DE 12"	1
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
LANTERNA RECARREGÁVEL LED 265 LÚMENS (OU VALOR SUPERIOR)	1
ALICATE AMPERIMETRO DIGITAL TRUE RMS - CAT III 600V E CAT IV 300V (REF.: FLUKE-324)	1
PINCEL TRINCHA 1.1/2"	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1
TESOURA PARA CABISTA/ELETRICISTA 5.1/2"	1
PINCEL MARCADOR PERMANENTE	1
MARTELO BOLA COM CABO DE FIBRA DE VIDRO (200 g)	1

### Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Técnico em Segurança do Trabalho

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1

### Lista de equipamentos e ferramentas individuais para Técnico em Elétrica

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
ALICATE UNIVERSAL 8"	1
ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6"	1
ALICATE MEIA-CANA 6"	1
CONJUNTO DE CHAVE ALLEN - 1,5MM A 10MM	1



ALICATE MULTIUSO PARA ELETRICISTA 9.1/2" (PRENSA TERMINAL E DECAPADOR)	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/8" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA 1/4" X 6"	1
CHAVE DE FENDA PARALELA - 5/16" X 8"	1
BOLSA EM LONA PARA FERRAMENTAS - 470 X 300 X 350MM	1
CHAVE PHILLIPS ISOLADA - PH1 - 3/16" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH2 - 1/4" X 6"	1
CHAVE PHILLIPS - PH3 - 5/16" X 8"	1
JOGO DE CHAVE TORX/HEXALOBULAR COM 9 PEÇAS: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40, T45, T50. FABRICADO EM AÇO CROMO VANÁDIO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO	1
MAGNETIZADOR E DESMAGNETIZADOR DE CHAVE	1
DETECTOR DE TENSÃO 90V A 1000V	1
FACA RETA DESEMCAPADORA DE CABOS	1
CHAVE AJUSTÁVEL 8"	1
ARCO SERRA MANUAL (MINI) COM LÂMINA DE 12"	1
TRENA FECHADA DE FIBRA DE VIDRO 10M X 13MM	1
LANTERNA RECARREGÁVEL LED 265 LÚMENS (OU VALOR SUPERIOR)	1
ALICATE AMPERÍMETRO DIGITAL TRUE RMS - CAT III 600V E CAT IV 300V (REF.: FLUKE-324)	1
PINCEL TRINCHA 1.1/2"	1
NÍVEL DE PLÁSTICO 9" COM BASE MAGNÉTICA	1
TESOURA PARA CABISTA/ELETRICISTA 5.1/2"	1
PINCEL MARCADOR PERMANENTE	1
MARTELO BOLA COM CABO DE FIBRA DE VIDRO (200 g)	1

**Lista de equipamentos e ferramentas de uso geral para mão de obra com dedicação exclusiva, com fornecimento sob demanda**

FERRAMENTAS	QTDE DE PEÇAS
CHAVE ALLEN LONGA - 14MM	2
CHAVE ALLEN LONGA - 12MM	2
CHAVE DE GRIFO 24"	1
FURADEIRA DE IMPACTO 1/2" - 710W - 220V	2
GUIA PASSA FIO COM ALMA DE AÇO 20M	2
LIMA CHATA BASTARDA DE 8" COM CABO	2
LIMA REDONDA BASTARDA DE 10" COM CABO	2
PARAFUSADEIRA 1/4" - COM LUZ LED - GSR 1000 SMART 110V/220V - BATERIA 12V (OU EQUIVALENTE)	2
PONTEIRO SEXTAVADO 3/4 X 12"	3
TRENA DE FIBRA LONGA CAIXA ABERTA COM 50M	1
CAIXA DE CALIBRAÇÃO DE RELÉ DIGITAL - 100 A	1
VARA DE MANOBRA 4 ELEMENTOS + BOLSA + CABEÇOTE UNIVERSAL	3
DETECTOR DE MÉDIA TENSÃO POR APROXIMAÇÃO DE 1 A 138KV	2
LUVA DE ALTA TENSÃO CLASSE 2 (PAR)	3
ESCADA TESOURA DUPLA EM FIBRA 10 DEGRAUS 3,00 METROS	2
ESCADA EXTENSÍVEL DE ALUMÍNIO E FIBRA 39 DEGRAUS 11,70 METROS	1
MEGÔMETRO DIGITAL 10 kV - 0,1 MEGA-OHMS À 2.000.000 MEGA-OHMS (2 TERRA-OHMS) – LOCAÇÃO	4
ALICATE TERRÔMETRO LCD 4 DÍGITOS CAT III 300V SOBRETENSÃO	1
TERMOVISOR INFRAVERMELHO (CÂMERA TERMOGRÁFICA) DE ALTA RESOLUÇÃO – DETECTOR DE INFRAVERMELHO DE 76.800 (320 X 240) PIXELS, FAIXA DE TEMPERATURA DE - 20 °C a 550 °C E WI-FI INTEGRADA.	1
DECIBELÍMETRO DIGITAL DE 30 A 130DB, PRECISÃO ± 1,5	1
MICROHMÍMETRO 10A – LOCAÇÃO	4
FASÍMETRO DIGITAL DE PRECISÃO POR ROTAÇÃO DISCO – CAT III 600V / CAT IV 300V	1
HOLOFOTE DE MÃO RECARREGÁVEL USB, 1500 LÚMENS, COM ALCANCE FOCAL DE 1.500M (MONSTER NAUTIKA OU EQUIVALENTE)	3
GERADOR TRIFÁSICO DE ENERGIA ELÉTRICA PORTÁTIL A GASOLINA, 110/220V, POTÊNCIA NOMINAL 8 KVA, POTÊNCIA MÁXIMA 10 KVA	1
SOPRADOR TÉRMICO 2000W, 220V, DE 50 A 600 GRAUS	2
ALICATE BICO REDONDO 6.1/2" (VDE - 1000V)	2
ARCO DE SERRA MANUAL COM CABO FECHADO 12"	3
CAVADEIRA RETA CABO DE MADEIRA 120 CM	1
CAVADEIRA ARTICULADA 1,40 M	1
ENXADA COM CABO DE MADEIRA	1

ENXADÃO COM CABO DE MADEIRA	1
HIPOT 5KV 10MA AC – LOCAÇÃO	2
MEDIDOR DE RELAÇÃO DE ESPIRAS TTR	1
JOGO DE BROCAS PARA CONCRETO - 7 PEÇAS - 3/4/5/5,5/6/7/8 MM	2
JOGO DE BROCAS PARA METAL - 7 PEÇAS - 2/3/4/5/6/8/10 MM	2
JOGO DE BROCAS PARA MADEIRA - 7 PEÇAS - 3/4/5/6/7/8/10 MM	2
BROCA PARA CONCRETO 10 MM	2
BROCA PARA CONCRETO 13 MM	2
BROCA PARA METAL 13 MM	1
ALICATE PRENSA TERMINAL CATRACA DE 0,5 A 6 MM2	4
CONJUNTO DE ATERRAMENTO PARA CUBICULOS E SUBESTAÇÕES ATÉ 36KV	1
LOAD STOPPING 24,5 KV C/ CONTADOR AUTOMÁTICO	1
ANALISADOR DE ENERGIA POWERNET PQ600G4 OU SIMILAR	1
UNIFORME DE PROTEÇÃO CLASSE 4	1

9.1.2. A empresa deverá fornecer materiais, ferramentas, equipamentos e utensílios não listados no item anterior, sempre que for necessário para a execução do serviço, sendo que este poderá ser disponibilizado através de locação ou fornecimento permanente. Em sendo de fornecimento permanente, deverá a fiscalização local solicitar os ajustes necessários e as devidas autorizações para implementação, tendo em vista os impactos financeiros que podem ser causados ao contrato.

9.1.3. Os materiais empregados e os serviços executados também deverão obedecer a todas as normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas. E, às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT ou pra melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.

9.1.4. A Contratada deverá ser capaz de criar condição de trabalho nas subestações, no caso de alagamento, a partir do esgotamento de água por meio de bombeamento.

9.1.5. Caberá à Contratada o fornecimento de materiais de limpeza para utilização dos sistemas elétricos na UFRJ, tais como detergente, desengraxante, estopas, óleo lubrificante/solução anticorrosiva, limpa contatos, álcool isopropílico, vassouras e todos os demais insumos necessários.

9.1.6. A aquisição de materiais e peças utilizados para os serviços de manutenção deverá ser feita mediante a autorização da Fiscalização Técnica.

9.1.7. A Contratada deverá informar mediante à Contratante, através de relatório, a descrição minuciosa e completa dos insumos a serem adquiridos, bem como os componentes ou equipamentos a serem recuperados.

## 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros/coeficientes mínimos estabelecidos pelas tabelas de referência e consulta pública, a saber:

10.1.1. SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos Índices da Construção Civil, mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal;

10.1.2. SCO-RIO: Sistema de Custos de Obras. As informações apresentadas por esta pesquisa são obtidas a partir da pesquisa de preços da Fundação Getúlio Vargas e divulgadas pela Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura do Rio.

10.1.3. INFORMATIVO SBC: Base criada em 1963 pelo professor Miguel Stabile, hoje considerada a maior coleção de composições do país, com 10858 composições e 8532 insumos.

10.1.4. O custo estimado da contratação foi apurado mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisa de preços praticados no mercado em contratações similares.

**10.2. Sobre o Sistema Elétrico Urbano (ITEM 1):**

10.2.1. O Sistema Elétrico Urbano da Cidade Universitária (CIDUNI) é composto pelo conjunto de suas subestações de energia elétrica de Alta Tensão (13.800V) e pelo sistema de iluminação pública das vias locais, todos situados na Ilha da Cidade Universitária.

10.2.2. Atualmente, o sistema de alimentação elétrica da Cidade Universitária é composto por 115 subestações de energia elétrica em 13.800V, sendo 29 destas subestações de entrada/medição de energia proveniente da Concessionária Light, totalizando uma potência instalada de aproximadamente 62MVA. Também compõem este sistema os trechos de cabos aéreos e subterrâneos em 13.800V de tensão nominal de operação para interligação destas subestações.

10.2.3. Todas essas subestações de energia elétrica estão distribuídas no campus Cidade Universitária (CIDUNI) de forma a atender aos seus diversos prédios, construções, cargas urbanas e a iluminação pública.

10.2.4. Como a Cidade Universitária apresenta um constante desenvolvimento, novas subestações poderão ser acrescentadas ao Contrato no decurso do seu prazo de execução, sem quaisquer custos adicionais à Universidade Federal do Rio Janeiro (Contratante).

10.2.5. O Sistema de Iluminação Pública do Campus CIDUNI é composto atualmente por 1.140 luminárias, com aproximadamente 7000 metros de rede aérea de energia elétrica em 13.800 V. Este Sistema alimenta ainda diversos refletores para iluminação pública, semáforos de trânsito, sistema de monitoramento por câmeras e sistema de radares de trânsito.

10.2.6. Como a CIDUNI apresenta um constante desenvolvimento, algumas alterações, inserções ou complementações poderão ser feitas no Sistema de Iluminação Pública no decurso do contrato, sem quaisquer custos adicionais para a Contratante.

10.2.7. A lista de subestações de energia elétrica em 13.800V que compõem atualmente o sistema de alimentação elétrica da Cidade Universitária seguem no Anexo VI.

10.2.8. Especificamente em relação às Unidades Hospital Universitário (HU) e Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), estas não são contempladas no Contrato, pois possuem gestão e corpo técnico local próprios, conforme sempre praticado nos contratos destas Unidades hospitalares, pela natureza das atividades de saúde que desenvolvem, exigindo gestão e plantões dedicados.

**10.3. As subestações são localizadas no seguinte endereço:**

ITEM	LOCAL DOS SERVIÇOS	BASE	ENDEREÇO
1	Campus Cidade Universitária	Prefeitura Universitária	Praça Jorge Machado Moreira, 100 - Cidade Universitária, RJ/RJ
2	Campus Praia Vermelha e Unidades Externas	Coordenação da Praia Vermelha	Av. Pasteur, 250 - Urca, RJ/RJ

## 11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme para todas as funções deverá compreender como peças do vestuário 3 calças, 3 camisas, 5 pares de meia, 1 capa de chuva e 1 crachá;

11.3. Os uniformes terão, obrigatoriamente, gravados na parte da frente da camisa o logotipo com o nome da empresa, e, nas costas, em letras grandes e legíveis à distância, a denominação “A Serviço da Prefeitura Universitária” e na calça “MANUTENÇÃO ELÉTRICA URBANA”.

11.3.1. A Contratante irá fornecer à Contratada, após a assinatura do contrato, o modelo e padrão para confecção dos uniformes.

11.4. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

11.4.1. Camisa:

- Tecido FR 100% Algodão 8oz (270 g/m<sup>2</sup>);
- Com faixas refletivas;
- Fechamento frontal em botões com vista;
- Mangas longas com fechamento em botão no punho;
- Gola tipo esporte (italiana) abotoada até em cima;
- Bolso superior esquerdo 13cm de largura e 14 cm de altura, apresenta tampa, fechamento com velcro e divisão para caneta;
- Costuras reforçadas tipo travete nos pontos vulneráveis;
- ATPV 11,0 cal/cm<sup>2</sup> (inclusive gravação no uniforme);
- Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida;
- Cor: cinza.

11.4.2. Calça:

- Tecido FR 100% Algodão 8oz (270 g/m<sup>2</sup>);
- Com faixas refletivas;
- Meio elástico no cóis, passantes para cinto, pala atrás;
- Fechamento em botões com vista;
- Dois bolsos frontais;
- Dois bolsos traseiros;
- ATPV 11,0 cal/cm<sup>2</sup> (inclusive gravação no uniforme);
- Costura reforçada com linha retardante a chama 100% meta aramida;
- Cor: Cinza.

11.4.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.5. A Contratada deverá disponibilizar aos seus empregados os equipamentos de proteção individual elencados a seguir, respeitando os respectivos Certificados de Aprovação (CA) com melhor apropriação para cada função:

**11.5.1. ITENS COMUNS A TODAS AS FUNÇÕES (exceto Engenheiro Eletricista Pleno, Eletricista de Alta Tensão, Auxiliar de Eletricista de Alta Tensão, Técnico em Elétrica de Alta Tensão e Técnico em Segurança do Trabalho Pleno).**

Item	Descrição	Quantidade por Funcionário	Prazo para troca	Quantidade anual por funcionário
1.1	Botina de segurança com elástico coberto, cabedal confeccionado em couro curtido ao cromo, com forração em sintético, solado de PU, Bi densidade, injetado diretamente ao cabedal. Marca Marluvas ou similar. (PAR)	1	6 meses	2
1.2	Capacete de segurança classe A, com jugular (UN)	1	18 meses	1

**11.5.2. ITENS COMUNS A ENGENHEIRO ELETRICISTA PLENO, ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO, AUXILIAR DE ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO, TÉCNICO EM ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO, TÉCNICO DE SEGURANÇA PLENO.**

Item	Descrição	Quantidade por funcionário	Prazo para troca	Quantidade anual por funcionário
2.1	Botina de segurança de borracha isolante (PAR)	1	6 meses	2
2.2	Capacete de segurança classe B, com jugular (UN)	1	12 meses	1

<b>2.3</b>	Luva isolante para eletricista, classe 0, tensão 5.000V - máximo para uso 1.000V (PAR)	1	3 meses	4
<b>2.4</b>	Uniforme com tratamento retardante de chamas, conforme NR10	1	12 meses	1
<b>2.5</b>	Talabarte duplo para cinto de segurança com elástico e absorvedor de impacto (UN)	2	12 meses	2

**11.5.3. ITENS PARA O TÉCNICO EM ELÉTRICA DE ALTA TENSÃO, ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO E AUXILIAR DE ELETRICISTA DE ALTA TENSÃO**



Item	Descrição	Quantidade por funcionário	Prazo para troca	Quantidade anual por funcionário
3.1	Luva de vaqueta de couro mista (PAR)	2	3 meses	8
3.2	Protetor auricular de silicone tipo plug	1	3 meses	4
3.3	Luva de algodão tricotada pigmentada (PAR)	1	3 meses	4
3.4	Óculos de proteção incolor	1	6 meses	2
3.5	Óculos de proteção cinza, com proteção UV	1	6 meses	2

11.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

11.7. O fornecimento de crachás de identificação será obrigatório e por conta da Contratada. No crachá deverá constar nome da Contratada, nome do funcionário, função/cargo, grupo sanguíneo e fotografia do funcionário, para controle de acesso às dependências da UFRJ.

11.8. Também deverá conter no crachá a seguinte inscrição, de forma bem visível: A SERVIÇO DA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFRJ”, bem como o seu prazo de validade até a data de término do Contrato.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem

como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 12.2.1. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 – Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara);
- 12.2.2. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 – Plenário);
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
  - 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
  - 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
  - 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
  - 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993;
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Para composição da proposta deverão ser incluídos o adicional de periculosidade de 30%, para todos os profissionais enquadrados nas funções abaixo listadas, e apenas para estas. Estas são as funções que exigem a presença continuada e rotineira do colaborador no interior das subestações de energia elétrica em Alta Tensão (13800 V). Estão previstos os adicionais de periculosidade para as funções listadas a seguir.
- Engenheiro Eletricista Pleno;
  - Técnico de Segurança do Trabalho Pleno;
  - Técnico em Elétrica de Alta Tensão;
  - Eletricista de Alta Tensão;
  - Auxiliar de Eletricista de Alta Tensão.

A Contratada deverá fornecer à Contratante, através da Fiscalização, no prazo máximo de 60 dias após a assinatura do CONTRATO, Laudos de Segurança do Trabalho emitidos por profissional devidamente habilitado e competente para esta finalidade, que ratifiquem especificamente os adicionais de periculosidade do Engenheiro Eletricista Pleno e do Técnico de Segurança do Trabalho Pleno, em função do período e de suas atividades sob o escopo do Contrato nas áreas de Alta Tensão (13800 V).

Ratificada a pertinência da periculosidade para cada função específica (Engenheiro Eletricista Pleno e Técnico de Segurança do Trabalho Pleno), se não mantido o regime de trabalho originalmente avaliado de qualquer uma destas, será solicitada uma nova avaliação.

- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

- 13.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.11. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.15. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 13.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.23. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.23.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.23.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.24. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.25. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.26. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.27. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.28. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

- 13.29. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.30. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.31. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.32. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.33. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.34. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.34.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.34.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.34.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.35. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
- 13.36. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.
- 13.36.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.
- 13.37. A Contratada deverá atuar como agente de controle da Conservação do Patrimônio Público, atendendo às rotinas de manutenção pré-estabelecidas pela Contratante e mesmo



contribuindo para evolução destas rotinas, de forma a otimizá-las e adequá-las, da melhor forma possível, para sua conservação e operacionalidade.

- 13.38. A Contratada deverá dispor, no seu canteiro, de todos os equipamentos que se façam necessários à ótima execução dos serviços.
- 13.39. A Contratada deverá manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção (inclusive preventiva), segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas.
- 13.40. A Contratada deve garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de qualidade, ou seja, de primeira linha e sempre coerente com o perfil de trabalho dos profissionais (priorizando a agilidade, praticidade e leveza dos equipamentos e ferramentas).
- 13.41. A Contratada deverá apresentar à Fiscalização Técnica relação de equipamentos e ferramentas disponíveis aos seus funcionários, os quais deverão estar armazenados em local apropriado, no canteiro da Contratada nas dependências da Contratante, para a perfeita execução dos serviços constantes neste Termo de Referência. O local de guarda destes equipamentos e ferramentas deve ter acesso franqueado à fiscalização a qualquer tempo, para constatação de seu bom estado e perfeito funcionamento.
- 13.42. A Contratada deverá manter limpo e organizado o local para armazenamento de equipamentos e ferramentas.
- 13.43. A Contratada deverá garantir que os materiais e equipamentos recolhidos nos procedimentos, quando em condições de reutilização, sejam adequadamente armazenados, conforme orientações da Contratante.
- 13.43.1. Estes materiais usados servíveis da Contratante deverão ser catalogados pela Contratada, que deverá emitir relatório fotográfico e técnico, com a execução dos devidos testes e ensaios, registrando as condições físicas destes materiais.
- 13.44. A Contratada deverá gerir todas as suas rotinas, incluindo trabalhos como elaboração de planilhas, levantamentos e estatísticas, através de sistemas digitais próprios em seus computadores. Como exemplo, a elaboração de planilhas dinâmicas a serem atualizadas diariamente e disponibilizadas sempre que solicitadas pela Fiscalização Técnica.
- 13.45. A Contratada será responsável pela destinação (descarte) de peças ou equipamentos que forem substituídos, priorizando a política de logística reversa, após apresentados à fiscalização técnica, desde que este último não opte por reter a peça para algum proveito da Universidade ou para efetuar descarte por outra via.

#### **14. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto nas seguintes condições:
- 14.1.1. Para contratação de serviços ou locação de equipamentos solicitados pela Contratante e que a Contratada não possua ou possua em número insuficiente para atendimento do contrato.
- 14.1.1.1. Lista meramente exemplificativa: Locação de Analisador de Qualidade de Energia Temporário, VLF – Saída Senoidal, destinação final de resíduos de obra, entre outros.



- 14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 14.3.1. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 14.3.1.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;
  - 14.3.1.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e
  - 14.3.1.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 14.3.2. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.
- 14.3.3. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
- 14.3.4. São vedadas:
- 14.3.4.1. a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas:
    - 14.3.4.1.1. operação e manutenção de sistemas elétricos de alta tensão;
    - 14.3.4.1.2. manutenção de sistema de iluminação pública;
  - 14.3.4.2. a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e
  - 14.3.4.3. a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

## **15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **16. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

- 16.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 16.3. As comunicações entre a Contratante e a Contratada serão realizadas por escrito, através de e-mail.
- 16.4. A Contratante poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 16.5. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- 16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 16.7. A Fiscalização Técnica, a qualquer tempo que julgar necessário e em comum acordo com a respectiva Unidade Acadêmica UFRJ, poderá solicitar nomeação de Fiscal Setorial em Unidade que possuir corpo técnico para esta finalidade.
- 16.7.1. O Fiscal Setorial, caso solicitado pela Fiscalização Técnica, terá a responsabilidade exclusiva perante o Contrato de verificar os serviços realizados pela Contratada, atestando as Ordens de Serviço concernentes à sua Unidade.
- 16.8. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
- 16.8.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:
- 16.8.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
  - 16.8.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA;
  - 16.8.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços; e
  - 16.8.1.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.
- 16.8.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):
- 16.8.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

- 16.8.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
  - 16.8.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
  - 16.8.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 16.8.3. entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 16.8.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
  - 16.8.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;
  - 16.8.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
  - 16.8.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
  - 16.8.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 16.8.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 16.8.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
  - 16.8.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
  - 16.8.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
  - 16.8.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 16.9. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 16.9.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
  - 16.9.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
  - 16.9.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

- 16.10. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 16.11. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.8.1 acima deverão ser apresentados.
- 16.12. A Contratante deverá analisar a documentação solicitada nos subitens acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 16.13. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 16.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Superintendência Regional do Trabalho.
- 16.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.16. A Contratante poderá conceder prazo para que a Contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.
- 16.17. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 16.17.1. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 16.17.2. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 16.17.3. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 16.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 16.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

- 16.19.1. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 16.20. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 16.21. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.22. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.23. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 16.24. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.25. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.26. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.27. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.28. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.29. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.30. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

## **17. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), previsto no Anexo III deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 17.2.1. Canteiro
- 17.2.2. Uniformes
- 17.2.3. Conservação de máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos
- 17.2.4. Tipo de máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos
- 17.2.5. Quantitativo de máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos
- 17.2.6. Segurança dos serviços
- 17.2.7. Prazo e frequência de atendimento, mobilização e desmobilização
- 17.2.8. Exclusividade de recursos humanos, materiais, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos
- 17.2.9. Qualidade dos serviços executados
- 17.2.10. Documentações técnicas

17.3. A meta perseguida pela UFRJ com a contratação dos serviços é perfeita execução mensal dos mesmos dentro dos prazos requeridos em 100% (cem por cento) dos serviços solicitados por meio das ordens de serviço de rotina de vistorias, manutenções, conservações, recuperações e reparos expedidas pela Prefeitura/Subprefeitura da UFRJ, através da fiscalização, para que os serviços de caráter corretivo sejam minimizados, ao longo do tempo serão substituídos efetivamente e gradativamente, pela conservação e operação de caráter preventivo nesta Instituição de Ensino Superior.

17.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.4.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.



## **18. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo.
- 18.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.3. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal,
- 18.3.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 18.3.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 18.4. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 18.6. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 18.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 18.8. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.8.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa,



indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.8.2. emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

18.8.3. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), Anexo III do Termo de Referência.

18.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

18.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

19.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

19.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

19.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

19.4.1. o prazo de validade;

19.4.2. a data da emissão;

19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

19.4.4. o período de prestação dos serviços;

19.4.5. o valor a pagar; e

19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

- 19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.12. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.14. Determinados custos, devido ao seu caráter mensal recorrente, serão pagos em parcelas fixas mensais equivalente a 1/12 (um doze avo) do preço total anual e outros serão pagos conforme ocorrência de ordem de serviço.
- 19.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## 20. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

20.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

20.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

20.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

20.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

20.4. A Contratante provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados pela em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

20.4.1. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:

20.4.1.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;

20.4.1.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;

20.4.1.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e

20.4.1.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.

- 20.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 20.5.1. 13º (décimo terceiro) salário;
  - 20.5.2. Férias e um terço constitucional de férias;
  - 20.5.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
  - 20.5.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 20.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no item 14 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.7. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira.
- 20.8. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 20.9. Os valores referentes às provisões mencionadas neste termo de referência que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 20.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 20.11. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade Contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 20.11.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.
  - 20.11.2. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
  - 20.11.3. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
  - 20.11.4. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 20.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da

quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017..

## **21. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)**

- 21.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 21.2. Após o interregno de um ano, mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais poderão ser repactuados.
- 21.3. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- 21.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 21.5. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 21.5.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 21.5.2. Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): data do reajuste do preço público vigente à época da apresentação da proposta;
- 21.5.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- 21.6. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.
- 21.7. As repactuações a que a Contratada fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 21.8. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:
- 21.8.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- 21.8.2. da data do último reajuste do preço público vigente, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

- 21.8.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 21.9. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 21.10. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 21.11. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 21.12. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 21.13. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 21.14. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INCC com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):
- $$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$
- R = Valor do reajuste procurado;
- V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;
- I<sup>0</sup> = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;
- I = Índice relativo ao mês do reajustamento;
- 21.14.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 21.14.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.



21.14.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.14.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

21.14.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

21.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

21.15.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

21.15.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

21.15.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

21.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

21.17. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

21.18. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

21.19. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

21.20. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## **22. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REAJUSTE)**

22.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

22.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do índice INCC,



exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$ , onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 22.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 22.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 22.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 22.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 22.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 22.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **23. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 23.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 23.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 23.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 23.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 23.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 23.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

- 23.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 23.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 23.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 23.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 23.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 23.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 23.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 23.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 23.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 23.10. Será considerada extinta a garantia:
- 23.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 23.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 23.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 23.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 23.13. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

- 23.14. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 23.15. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 24.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
  - b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - c) fraudar na execução do contrato;
  - d) comportar-se de modo inidôneo; ou
  - e) cometer fraude fiscal.
- 24.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
  - ii) **Multa de:**
    - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
    - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
    - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
    - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
    - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado

o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

24.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

24.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

24.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO
----------

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01
----	--	----

24.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

24.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

24.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

24.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

24.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

24.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

24.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

24.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

24.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

24.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

24.14. Para os fins de acordo de níveis de serviço, Anexo III - Instrumento de Medição de Resultado deste Termo de Referência, as seguintes sanções serão aplicadas:

24.14.1. Advertência, caso a Contratada obtenha:

24.14.1.1. Grau C em três meses seguidos, ou em seis avaliações intercaladas;

24.14.1.2. Grau D em qualquer mês.

24.14.2. Multa no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação relativo ao campus onde está ocorrendo a Avaliação (IMR), caso a Contratada obtenha:

24.14.2.1. Grau D em quatro meses seguidos, ou em sete avaliações intercaladas;

24.14.2.2. Grau E em duas vezes seguidas, ou em três meses intercalados;

24.14.2.3. Grau F em duas vezes seguidas, ou intercaladas;

24.14.2.4. Grau G em qualquer mês.

24.14.3. Suspensão temporária de contratar com a Contratante, acumulada com a rescisão contratual caso a Contratada obtenha:

24.14.3.1. Grau E em três vezes seguidas, ou em seis meses intercalados;

24.14.3.2. Grau F em três meses intercalados;

24.14.3.3. Grau G em qualquer mês

24.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **25. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

25.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

25.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

25.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

25.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade, capacitada para efetuar serviços na área de Engenharia Elétrica;

25.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, nos termos do artigo 57 da Resolução CONFEA nº 1025, de 30 de outubro de 2009, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo:

25.3.2.1. Para os ITEM 1 e ITEM 2, comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica, contendo as atividades de: operação e manutenção dos sistemas elétricos de Alta Tensão (11 a 36 kV), manutenção de sistema de iluminação pública, incorporado no mesmo documento ou não.

25.3.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

25.3.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser



executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

25.3.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

25.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

25.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica, que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

25.3.3.1. Engenheiro Eletricista: serviços de manutenção em iluminação pública/subestações.

25.3.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

25.3.5. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

25.3.6. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável

25.3.6.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

25.3.7. As empresas devem apresentar declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual.

25.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

25.4.1. Valor Global: de R\$ 7.216.582,08 (sete milhões, duzentos e dezesseis reais e oito centavos).

25.4.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços, Anexos VII e VIII do Termo de Referência.

25.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

25.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **26. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

26.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 7.216.582,08 (sete milhões, duzentos e dezesseis reais e oito centavos), sendo:

26.1.1. Para o ITEM 1, R\$ 5.107.736,28 (cinco milhões, cento e sete mil, setecentos e trinta e seis reais e vinte e oito centavos).

26.1.2. Para o ITEM 2, R\$ 2.108.845,80 (dois milhões, cento e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

Rio de Janeiro, 12 de julho de 2023.

### **Anexos:**

- I – Estudo Técnico Preliminar (ITEM 1);
- II – Estudo Técnico Preliminar (ITEM 2);
- III – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- IV – Termo de Vistoria;
- V – Declaração de Pleno Conhecimento das Condições para Prestação dos Serviços;
- VI – Listagem de Subestações (referente ao ITEM 1);
- VII - Planilha Orçamentária – ITEM 1;
- VIII– Planilha Orçamentária – ITEM 2;
- IX – Requisitos dos profissionais;